



Turmas Recursais e CECON

Com a instalação da 2ª Turma Recursal em novembro de 2017, a demanda por um novo prédio era imprescindível, pois no prédio onde estava instalada a 1ª TR não havia espaço excedente.

A 2ª Turma Recursal não possuía estrutura física para acomodação dos servidores e magistrados. Os servidores estavam temporariamente instalados em containers e os magistrados distribuídos nos gabinetes dos juízes substitutos das varas da capital.

A Central de Conciliação estava acomodada em uma Universidade local. O depósito judicial encontrava-se instalado no Juizado Especial Federal de Campo Grande – MS, dificultando a supervisão dos bens, visto que o servidor responsável pela sua administração estava lotado em outro prédio.

Assim, durante a gestão foi realizado o procedimento de locação e reforma do imóvel, que melhor atendia as necessidades desta Administração (localização + espaço físico), localizado na Rua Marechal Rondon, nº 1245, Centro, em Campo Grande – MS.

O prédio locado possui 50 vagas para estacionamento e o espaço atendeu toda a demanda da instalação dos servidores e magistrados. Outro ponto relevante foi a localização, por estar situado no centro da cidade, é muito acessível à população que utiliza o serviço da Central de Conciliação





SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE DOURADOS - MS

O prédio da Subseção de Dourados estava há mais de 11 anos sem uma intervenção significativa em sua estrutura física. Portanto, era necessária a correção de diversos pontos de infiltração que poderiam causar problemas estruturais importantes na construção e a pintura para melhorar o aspecto do prédio no geral, que estava com aspecto bastante envelhecido. (SEI nº 0003735-42.2018.403.8002).

Diante da situação, foi realizada uma licitação para contratação de empresa para: reforma geral dos elementos vedantes do prédio; revisão total dos telhados, incluindo substituição de telhas, cumeeiras e rufos com a vedação das calhas de concreto e nova impermeabilização; recuperação de toda a esquadilha metálica das janelas, bem como a recuperação das pingadeiras e peitoris; pintura total externa resistente à água e pintura interna de todos os ambientes.

A obra iniciou em janeiro/2019 e foi entregue em abril/2019, sendo que o Diretor da Subseção, Juiz Federal Moisés Anderson Costa Rodrigues, relatou que há tempos o prédio não tinha uma intervenção desse porte e agradeceu as intervenções realizadas na gestão.

Por fim, também foi feita a instalação de Infraestrutura elétrica para ativação de *nobreak* para estabilizar a energia elétrica.





SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PONTA PORÃ- MS

A reforma do prédio da Subseção Judiciária de Ponta Porã foi uma grande preocupação nesta gestão, pois realmente estava com sua estrutura física bem comprometida e não oferecia acessibilidade, inclusive para uma servidora deficiente pertencente ao quadro.

O prédio da Subseção de Ponta Porã ficou muito tempo sem reparos significativos, por isso se encontrava com diversos problemas estruturais, infiltrações, causando, inclusive risco à integridade física dos usuários por eventual queda de laje, parede ou muro, dentre outros elementos que apresentavam deterioração, tornando as intervenções imprescindíveis (SEI nº 0003656-63.2018.4.03.8002).



O prédio foi completamente reformado e os reparos compreenderam: a revisão na cobertura predial que apresentava diversos pontos de vazamentos; pintura interna e externa das paredes do prédio devido o estado avançado de deterioração e patologias; pintura do muro divisório em razão de deterioração; demolição e construção de 40 metros de muro que estava na iminência de desabamento; reparos de trincas e rachaduras; troca de portões e instalação de cancelas; remanejamento de guarita, rampas de acesso e destinação de vaga aos deficientes, para maior acessibilidade; cobertura metálica para magistrados no estacionamento, dentre outros.

Outra reivindicação frequente dos magistrados era a falta de segurança, de modo que uma das adequações feitas foi a substituição do portão, que, por ser muito pesado impossibilitava ser aberto e fechado a todo tempo, permanecendo sempre aberto. Além do portão permanecer aberto, a guarita dos vigilantes ficava a alguns metros após a entrada, permitindo o vigilante identificar a pessoa somente após a entrada na área interna. Para sanar este problema, foi construída uma nova guarita, os portões foram substituídos, e instalada uma nova cancela.





SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE COXIM- MS

A Subseção de Coxim está instalada no piso superior do prédio do Banco do Brasil e o acesso à Vara, obrigatoriamente, era feito por meio de escadas, dificultando e, em alguns casos, impossibilitando o acesso das partes, muitas com deficiência e idosos.

Conforme constou no Relatório Prévio de Inspeção Administrativa da Correição Ordinária de 2016, em algumas ocasiões o Magistrado precisou se deslocar ao piso inferior e atender as partes na entrada do Fórum, conforme descrito a seguir:

"O prédio tem grave problema de falta de acessibilidade, não tendo rampa de acesso para o piso superior (só há rampa da calçada para a portaria no piso inferior), nem elevador para deficientes, tendo em alguns momentos, que servidores e peritos tenham que se deslocar até a entrada do fórum (no piso inferior), onde estão os vigilantes, para atender pessoas cadeirantes ou que não possam subir escadas. Já houve ocasiões em que ocorreram audiências no piso inferior, com o juiz e uma servidora assistente reduzindo a termo, com um notebook, o depoimento de autoras de processo previdenciário. Há corrimãos na escada e no banheiro para deficiente, bem como na rampa de acesso da calçada até a porta de acesso à portaria do Juízo. Os balcões de atendimento são todos da mesma altura (visivelmente para uso pessoal na posição em pé)."

A falta de acessibilidade era um problema crônico que foi solucionado com a instalação de uma plataforma elevatória, intervenção finalizada em abril de 2019.

Além da instalação da plataforma elevatória o prédio foi revitalizado com pintura e pequenos reparos.



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TRÊS LAGOAS – MS

Desde a entrega da obra da Subseção de Três Lagoas, em 2013, o prédio sofria com um problema crônico nas calhas e na cobertura.

Em 2019, foi contratada uma empresa para rever e reparar toda cobertura do prédio e as calhas, solucionando o problema e evitando infiltrações que poderiam ocasionar um problema maior.

Foi feito o reparo e a impermeabilização do telhado do prédio (SEI nº 0004022-05.2018.4.03.8002).

Também foi feita a instalação de infraestrutura elétrica para ativação de *nobreak* (SEI nº 0001809-89.2019.4.03.8002).



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NAVIRAÍ - MS

O prédio onde hoje funciona a sede da Justiça Federal em Naviraí é antigo, construído há mais de 30 anos, foi adaptado para as instalações do Fórum Federal em 2005 e, desde então, não teve nenhum reparo em sua estrutura.

O prédio está há mais de uma década sem pintura predial, modernizações e reparos em sua estrutura civil e/ou elétrica, dentre outros inúmeros consertos que precisam ser feitos. Além dos problemas destacados, a Vara não possui uma cela para abrigar os réus presos enquanto aguardam a realização de audiência, dificultando o trabalho da polícia e deixando a segurança de magistrados, servidores e usuários demasiadamente vulnerável.

Para solucionar o problema, uma empresa foi contratada através de procedimento licitatório para fazer as adequações necessárias. A empresa contratada fará: reparos e revisão na cobertura predial que apresenta diversos pontos de vazamentos; pintura interna e externa das paredes do prédio devido ao estado avançado de deterioração e patologias; pintura do muro divisório em razão de deterioração; reparos de trincas e rachaduras, instalação de portão, cobertura metálica para magistrados no estacionamento; adaptação de layout, revisão de toda instalação elétrica, substituindo-a por energia estabilizada com instalação de *nobreak* e adaptação do espaço já existente para abrigar uma cela para presos.

As intervenções mencionadas são necessárias, imprescindíveis e urgentes e a execução da obra foi autorizada no mês de dezembro de 2019. (SEI nº 0002388-37.2019.4.03.8002).



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CORUMBÁ- MS

Merece destaque a atual situação do prédio sede da Justiça Federal de Corumbá – MS. O imóvel possui graves problemas estruturais e de manutenção, constatados inclusive pela E. Corregedoria do TRF-3ª Região (Doc. SEI nº 4504383): “a segurança do prédio afigura-se insatisfatória, existindo pontos de vulnerabilidade na entrada lateral do prédio, que é utilizada para acesso às celas, porque faz divisa com um imóvel abandonado e tem muro relativamente baixo; a fachada e as “paredes” de vidro que circundam toda a secretaria possibilitam fácil acesso da via pública tanto aos servidores como ao patrimônio da vara. Há, ainda, infiltrações e goteiras decorrentes de problemas no telhado metálico” (Relatório de Inspeção Administrativa/2018).

Desde sua inauguração, em 2009, devido à idade avançada e precariedade de sua construção, o prédio apresenta problemas das mais diversas naturezas, tais como: problemas na alvenaria, vazamento no telhado, calhas quebradas, falta de segurança. Acrescenta-se a isso o fato de ser um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e qualquer intervenção depender de autorização do IPHAN.

O prédio não dispõe de estacionamento para servidores, magistrados e jurisdicionados e está situado no centro da cidade, região com intenso fluxo de veículos, o que dificulta o estacionamento de veículos e torna vulnerável a segurança dos magistrados e servidores que, muitas vezes, precisam estacionar longe do local de serviço.



Prédio Atual da Subseção de Corumbá

Diante da situação, desde o início da gestão a Direção do Foro se empenhou em localizar um novo imóvel que atendesse toda a demanda para a instalação de uma Vara Federal.

Após algumas visitas à cidade e diversas tratativas com empresários foi encontrado um imóvel em construção que atenderia todas as necessidades da Justiça Federal de Corumbá.

A partir de então, a Direção do Foro entrou em contato com o proprietário, que se dispôs a fazer as intervenções necessárias para abrigar a Vara Federal.



Obras em andamento

O prédio, que está em fase de inauguração, possui aproximadamente 920 m², com 35 vagas de estacionamento e espaço para abrigar mais uma vara, se necessário. A entrega do prédio tem data marcada para o mês de fevereiro de 2020.



10.0 - PLANOS EM ANDAMENTO

A gestão foi muito produtiva e além dos projetos concluídos, muitos já foram iniciados e terão sua execução/finalização durante a próxima gestão no biênio 2020-2021.

O projeto Justiça Federal Itinerante está em andamento, os veículos doados pelo TRT 24ª Região serão adaptados e a conclusão deverá ocorrer ainda no início de 2020 (SEI nº 0003124-55.2019.4.03.8002).

Também já foi iniciado o procedimento necessário para a contratação de Monitoramento eletrônico e alarme para as Subseções Judiciárias de Mato Grosso do Sul (SEI nº 0003121-03.2019.4.03.8002), sendo que a licitação e a implantação do serviço deverão ocorrer ainda no primeiro semestre de 2020.

Já está em andamento a realização de um estudo com o intuito de propor a alteração da estrutura administrativa das Subseções Judiciárias do interior. Esta alteração visa otimizar a estrutura já existente, privilegiando maior eficiência nas atividades administrativas e a realocação de mais vagas nas atividades fins nas Subseções em que isso seja possível.

Também estão em andamento as providências necessárias para a instalação de *Nobreak's* nas Subseções Judiciárias de Coxim e Corumbá, a fim de estabilizar a energia elétrica e evitar danos aos equipamentos. Esse tipo de intervenção já ocorreu na maior parte da SJMS durante a gestão e esperamos que durante o primeiro semestre de 2020 seja concluída em relação as demais.

Outro passo importante para a próxima gestão será a atualização e o aprimoramento da Portaria Consolidada da SJMS. Ressalte-se que já houve um grande avanço na revisão desta norma que está quase finalizada, porém devido à prioridade para a modificação da estrutura administrativa da Direção do Foro e as atribuições das novas Seções achou-se por bem reavaliar a sistematização adequando às demandas de cada Seção a fim de se evitar lacunas.

